

JOSÉ MAURINO DE OLIVEIRA MARTINS

**SALÁRIO MÍNIMO REGIONAL E A
QUESTÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Desenvolvimento Econômico, pelo Centro de Pesquisas Econômicas/ CEPEC do Departamento de Economia, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná.

Prof. Orientador: Maurício Vaz Lobo Bittencourt

Curitiba

2006

DEDICATÓRIA

À minha querida vovó dindinha,

**MARIA PAULA DE OLIVEIRA (in memória)
pelo exemplo, firmeza e pureza d'alma.**

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	IV
LISTA DE ABREVIATURAS	V
RESUMO.....	V
1. INTRODUÇÃO.....	09
2. A HISTÓRIA DO SALÁRIO MÍNIMO.....	10
2.1 O SALÁRIO MÍNIMO NO MUNDO.....	11
2.2 O SALÁRIO MÍNIMO NO BRASIL.....	12
2.2.1 PRIMEIRA FASE.....	12
2.2.2 SEGUNDA FASE.....	18
2.2.3 TERCEIRA FASE	18
3. O SALÁRIO MÍNIMO REGIONAL	17
4. DISTRIBUIÇÃO E DETERMINAÇÃO DO NÍVEL DE RENDA EM KALECKI.....	17
5. CONCLUSÃO	20
6. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	20

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1 - DISTRIBUIÇÃO DOS GASTOS DOS TRABALHADORES DE BAIXA REDA PARA FIXAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO – MUNICÍPIO DE SÃO PAULO 1940.....	10
GRÁFICO 2 - PODER AQUISITIVO MÉDIO DO SALÁRIO MÍNIMO 1940-1991.....	11
GRÁFICO 3 - SALÁRIO MÍNIMO REAL E PIB PER CAPITA BRASIL – 1940 A 1951	12
GRÁFICO 4 - SALÁRIO MÍNIMO REAL E PIB PER CAPITA BRASIL – 1952 A 1964	13
GRÁFICO 5 - SALÁRIO MÍNIMO REAL E PIB PER CAPITA BRASIL – 1965 A 1951	13
GRAFICO 6 - SALÁRIO MÍNIMO REAL E PIB PER CAPITA BRASIL – 1940 A 1991	14
QUADRO 1 - MATRIZ DEPARTAMENTAL	15

LISTA DE ABREVIATURAS

SM	– Salário Mínimo
SMR	– Salário Mínimo Regional
DIESSE	– Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico
CGIL	– Confederação Geral Italiana dos Trabalhadores
CONFINDÚSTRIA	– Confederação das Organizações da Indústria
CLT	– Consolidação das Leis do Trabalho
FGTS	– Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
BNDE	– Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CFT-PR	– Coordenação Federativa de Trabalhadores
CGT	– Central Geral dos Trabalhadores
FETAEP	– Federação dos Trabalhadores na Agricultura
CUT	– Central Única dos Trabalhadores
RAIS	– Registro anual
CAGED	– Cadastro Geral Empregados e Desempregados
IPARDES	– Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico

RESUMO

Este trabalho teve por objetivo apresentar um estudo sobre o salário mínimo, destacando um pouco da sua historia no mundo e principalmente no Brasil de 1940 a 2000, chamando a atenção para a implantação do salário mínimo regional do Paraná no ano de 2006. O trabalho apresenta um pouco da polêmica em torno da aprovação do SMR, e busca na teoria de Kalecki uma resposta para questão do salário mínimo como instrumento eficaz na distribuição de renda, e apresenta algumas pistas para aprofundar o debate.

Palavra chave – Salário Mínimo – Salário Mínimo Regional

1. INTRODUÇÃO

Tem havido um intenso debate sobre a política social brasileira nos últimos anos do qual sobressaem duas posições aparentemente antagônicas. De um lado, posicionam-se aqueles que defendem o ponto de vista de que as políticas devam ser universais, tão amplas quanto possíveis, de modo a atingir o maior número de indivíduos. Do outro lado, estão os que criticam o fato de as políticas universais serem pouco eficientes no combate à pobreza e à má distribuição de renda, na medida em que beneficiam também pessoas que já se encontram numa situação relativamente privilegiada na sociedade.

O Salário Mínimo (SM) desde a década de 1940, tem sido apontado como uma das mais importantes políticas sociais universais, com efeitos favoráveis na redução da pobreza e na melhoria da distribuição de renda do país. Por outro lado, argumenta-se que talvez a melhor política social seja uma combinação dos dois tipos (universais e focalizadas).

No entanto, desde a sua criação, o Salário Mínimo passou por diferentes fases registrando entre 1990 e 1995, a maior queda do patamar do Salário Mínimo, com redução de seu valor médio para 27%.

O maior obstáculo levantado, para a elevação do Salário Mínimo é o impacto que este aumento causaria sobre as contas da previdência, já que a constituição prevê que o piso dos benefícios seja igual ao piso nacional.

O grande desafio era o de construir uma proposta de desvinculação do SM da previdência, que propiciasse um impacto positivo no mercado de trabalho, sem reduzir os benefícios previdenciários.

E foi pela iniciativa do governo federal, que o Congresso Nacional aprovou a Lei Complementar 103, de 14 de Julho de 2000, que autorizou os Estados e o Distrito Federal a instituírem o piso salarial a que se refere o inciso V do Artigo 7 da Constituição Federal. Esta lei permitiu a existência de pisos nos Estados aos empregados do setor privado e doméstico, desde que não tenham piso em suas categorias profissionais, definido em lei ou por negociação coletiva, cabendo ao poder

Executivo a iniciativa para fixar o piso com a aprovação da Assembléia Estadual. Desta forma os estados ficaram livres para implantarem o seu próprio Salário Mínimo, não dependendo do governo federal, e nem este ficou subordinado a pressões de governadores.

A exemplo do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, o governo do Paraná fixou em âmbito estadual, através da Lei nº 15.118 de 12/05/2006, o piso salarial Regional em valores que variam entre R\$ 427,00 (quatrocentos e vinte e sete reais) e R\$ 437,80 (quatrocentos e trinta e sete reais e oitenta centavos), em conformidade com as diversas categorias profissionais, o que pode proporcionar um aumento real de até 46% em relação ao Salário Mínimo nacional vigente até abril de 2006.

Segundo o governo do Paraná, a proposição desse Salário Mínimo regional (SLR) decorre de estudos conjuntos realizados por órgãos do estado e entidades sindicais, cujas conclusões levaram em conta a fixação do Salário Mínimo nacional em R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais). Argumenta o governo que o SLR garantirá aos trabalhadores não organizados sindicalmente, os preceitos constitucionais mínimos, estimulando o sistema produtivo e possibilitando uma melhor distribuição de renda.

O presente trabalho vai no sentido de investigar um pouco da história do Salário Mínimo no mundo e no Brasil, identificar as suas principais fases até a aprovação da Lei que permite a implantação do Salário Mínimo Regional e apresentar algumas pistas para futuros estudos que poderão aprofundar o debate.

O trabalho está organizado em 5 capítulos incluindo esta introdução. No segundo capítulo apresentamos um estudo baseado numa pesquisa do DIEESE (1992) onde é identificado a história do SM, destacando sua importância em alguns países, bem como as principais fases da sua trajetória no Brasil de 1940 a 2000.

O terceiro capítulo relata a aprovação do SMR no Paraná, com a opinião de algumas lideranças ligadas ao mundo do trabalho.

A parte teórica deste trabalho, é representada pela teoria da distribuição e determinação do nível de renda em KALECKI, onde ele vai dizer que a distribuição de renda é um fenômeno essencialmente microeconômico, que deve ser compreendido a partir do processo de formação dos preços.

Na conclusão final é apresentado algumas pistas que poderão servir para um estudo mais aprofundado referente ao impacto do SMR na distribuição de renda do Paraná.

2 - A HISTÓRIA DO SALÁRIO MÍNIMO

Segundo **DIESSE** (1992), a criação do SM ao longo da história do capitalismo é fruto, ao mesmo tempo, da luta dos trabalhadores e da intervenção do Estado.

No século XX, o estabelecimento de um piso salarial legal para o ingresso no mercado de trabalho significou um melhor nível de vida para a classe trabalhadora, principalmente depois da grande crise econômica de 1929.

Nos países industrializados, foi necessária a garantia institucional de uma renda mínima, o fortalecimento dos sindicatos e do sistema de contrato coletivo, uma vez que o mercado de trabalho mostrou ser, na maior parte das vezes, desfavorável aos trabalhadores.

Isto ocorreu e ainda ocorre porque o livre funcionamento do mercado termina levando, ao longo do tempo, à existência de uma quantidade de mão-de-obra bem maior do que os postos de trabalho gerados. Em função disso, o poder de barganha dos trabalhadores torna-se insuficiente para elevar o nível de rendimentos do conjunto dos assalariados, sobretudo dos trabalhadores não qualificados.

A instituição do Salário Mínimo tem por objetivo garantir uma remuneração melhor ao conjunto dos trabalhadores não qualificados e este tipo de regulamentação tende a unificar o salário de ingresso no mercado, o que é bom quando o sistema de contratação coletiva não é praticado.

Hoje em dia, nos países desenvolvidos, a política de Salário Mínimo está inserida no conjunto de políticas sociais, embora um número bem reduzido de trabalhadores receba valores próximos ao mínimo.

Nos países de terceiro mundo, o SM é, ou deveria ser, garantia de sobrevivência e, ao mesmo tempo, instrumento de orientação de grande parte dos salários pagos.

2.1 – O Salário Mínimo no Mundo

Curiosamente, os primeiros países a instituir pisos salariais, no final do século XIX, foram a Austrália e a Nova Zelândia, países distantes da Europa e da América do Norte, principais centros industriais na época.

O primeiro país europeu a legislar sobre o Salário Mínimo foi a Inglaterra, em 1909. Depois foi a vez dos Estados Unidos, em 1912, seguido da França em 1915, da Noruega e Áustria em 1918, da Tchecoslováquia em 1919, da Alemanha em 1923, da Espanha em 1926 e Bélgica em 1934.

Essas experiências possuíam dois traços em comum. Por um lado, representavam a luta dos trabalhadores contra a exploração do trabalho. Por outro lado, em todos esses casos, o Salário Mínimo, limitado inicialmente a alguns setores e representando conquistas de determinadas categorias de trabalhadores, se estende aos poucos ao conjunto de toda economia. Esse processo adquire maior intensidade a partir da crise dos anos de 1930 e da Segunda Guerra Mundial. Na América Latina, apenas a Argentina tem experiência semelhante a desses países da Europa.

O México, no princípio do século XX, é o primeiro país latino americano a indicar o Salário Mínimo em sua constituição. Essa disposição constitucional reconhece, explicitamente, que o Estado deve assegurar um nível de vida mínimo aos trabalhadores. No início da década de 1930, é criada a Comissão Nacional do Salário Mínimo que tem como tarefa definir os salários dos mexicanos.

Nos principais países capitalistas, o Salário Mínimo passa por importantes mudanças, após a grande crise econômica de 1929. Com a intervenção do Estado na economia, ele se transforma em instrumento de política social.

Assim, nos Estados Unidos, em 1938, o Salário Mínimo passa a ser parâmetro básico da política social do governo, como parte do conjunto de medidas direcionadas aos trabalhadores, tem-se a redução de jornada de trabalho para 40 horas semanais, o fortalecimento dos sindicatos e a generalização dos contratos coletivos de trabalho.

Também na Europa Ocidental, sobretudo a partir do final da Segunda Guerra Mundial, o Salário Mínimo começa a fazer parte, cada vez mais, das medidas governamentais relativas à garantia dos direitos básicos de cidadania.

Na França, por exemplo, a política de Salário Mínimo é reformulada em 1950. É criado o Salário Mínimo Interprofissional Garantido – SMIG. Uma comissão tripartite define, em 1952, a escala móvel como instrumento de recomposição do poder aquisitivo do Salário Mínimo, o que se reflete nos pisos salariais das categorias profissionais.

Na Itália, embora não exista o Salário Mínimo nacional com as características encontradas no Brasil, há um acordo social mantido desde 1945 entre a CGIL – Confederação Geral Italiana dos Trabalhadores – e a CONFINDUSTRIA – Confederação das Organizações da Indústria – pelo qual os salários têm reajustes automáticos de acordo com a variação do custo de vida. Quanto menor o salário, maior o reajuste. Esta diferenciação ocorre porque a escala móvel é composta por um índice de preços definido a partir de uma cesta básica de bens e serviços do trabalhador. A variação no custo desta cesta é repassada aos salários em geral, privilegiando aqueles de menor valor.

Atualmente, são poucos os trabalhadores que recebem Salário Mínimo ou seu equivalente nos países desenvolvidos, não ultrapassando, de um modo geral, os 20% do conjunto dos assalariados. Isto ocorre porque o sistema de contratação coletiva de trabalho, generalizado e bem desenvolvido, possibilitou elevar os salários a níveis superiores ao SM de sobrevivência. Nesses países, os trabalhadores com remuneração próxima ao Salário Mínimo pertencem a categorias não organizadas ou sem formalização do contrato coletivo de trabalho.

Em síntese, cabe ressaltar que o Salário Mínimo é importante nos países industrializados como parte de um conjunto de medidas voltadas à cidadania. Assim, como há seguro desemprego, aposentadoria, renda mínima garantida para pessoas com ou sem ocupação e com rendimento inferior a uma linha de pobreza – limite da condição de miséria – há também um Salário Mínimo para trabalhadores pouco qualificados.

Vale registrar ainda que, durante os anos de 1980, com aprofundamento da crise econômica nos países do primeiro mundo e as profundas mudanças ocorridas no mercado de trabalho, nos contratos de trabalho e nos rendimentos dos assalariados, mais uma vez, o Salário Mínimo foi confirmado como instrumento básico na política social destes países.

2.2 – O Salário Mínimo no Brasil

Os trabalhadores brasileiros lutam por um salário digno desde o final do século XIX, quando se generaliza o trabalho assalariado no Brasil.

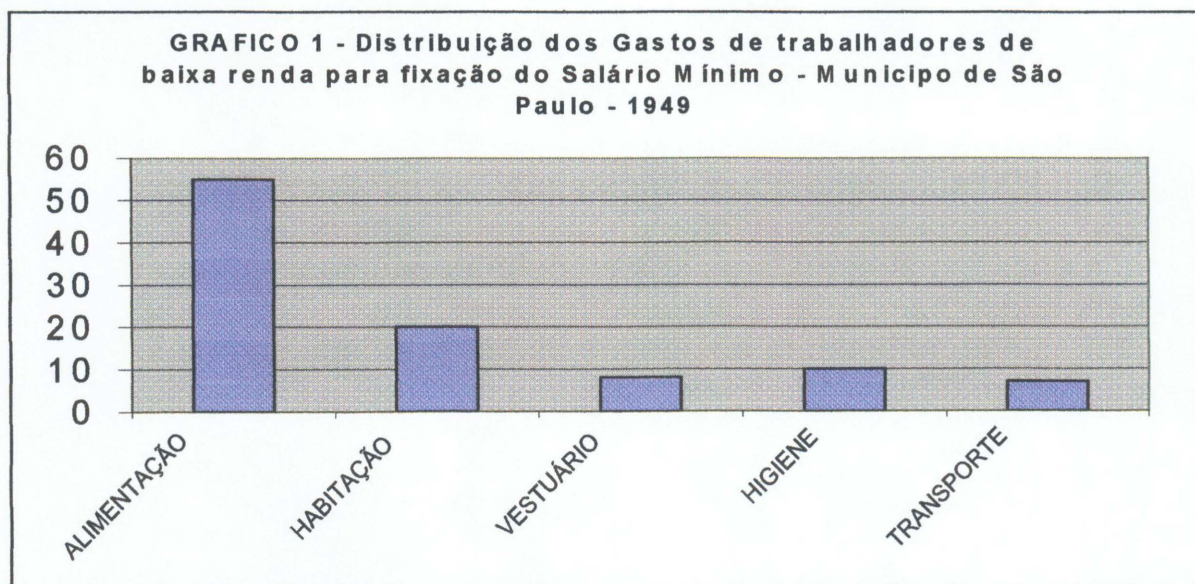
Entretanto, é somente com a Revolução de 30 que o Salário Mínimo passa a ser uma preocupação oficial. Antes disso, para os governos de orientação liberal de princípio do século, tanto um Salário mínimo, como qualquer outra intervenção de cunho social, estavam inteiramente fora de cogitação.

A incorporação do Salário Mínimo à Constituição de 1934 faz parte das grandes mudanças ocorridas no país durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, de 1930 a 1945. No que diz respeito ao mundo do trabalho, além do Salário Mínimo, foram criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 1930, o Departamento Nacional do trabalho em 1931, as Juntas de Conciliação e Julgamento das Relações de trabalho e a Carteira de Trabalho em 1932. Começa assim, em 1934, a longa história oficial do SM no Brasil.

Em 1936, a Lei nº 185 de 14 de Janeiro instituiu as Comissões de Salário Mínimo com o objetivo de estudar e estipular o valor do mínimo nacional. No entanto, somente em 1938 é definida sua composição. São de cinco a onze pessoas por comissão, de acordo com a importância de cada uma das vinte e duas regiões geográficas do Brasil. Essas comissões, com participação de representantes de trabalhadores e patrões, deveriam definir as necessidades essenciais da população, como base para a determinação do valor do Salário Mínimo. Para isso, foi elaborada uma pesquisa especial e também se efetuou um levantamento dos mais baixos salários pagos no país.

O Decreto Lei 399 de abril de 1938 regulamentou a Lei nº 185 de 1936 e, em seu artigo 2º, estabelece que: “denomina-se Salário Mínimo a remuneração mínima devida a todo trabalhador adulto, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço e capaz de satisfazer, em determinada época e região do país, às suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte.”

A ração essencial mínima, estabelecida pelo mesmo Decreto Lei, composta por um conjunto variável de alimentos divididos em doze grupos e construídas para atender às necessidades nutricionais de um trabalhador adulto, é mais um passo em direção à implantação do mínimo. No gráfico 1 pode-se verificar a distribuição dos gastos de um trabalhador de baixa renda no município de São Paulo em 1940.



Fonte: MTPS. Salário Mínimo. Brasília, MTPS/Serviço de Documentação, 1969

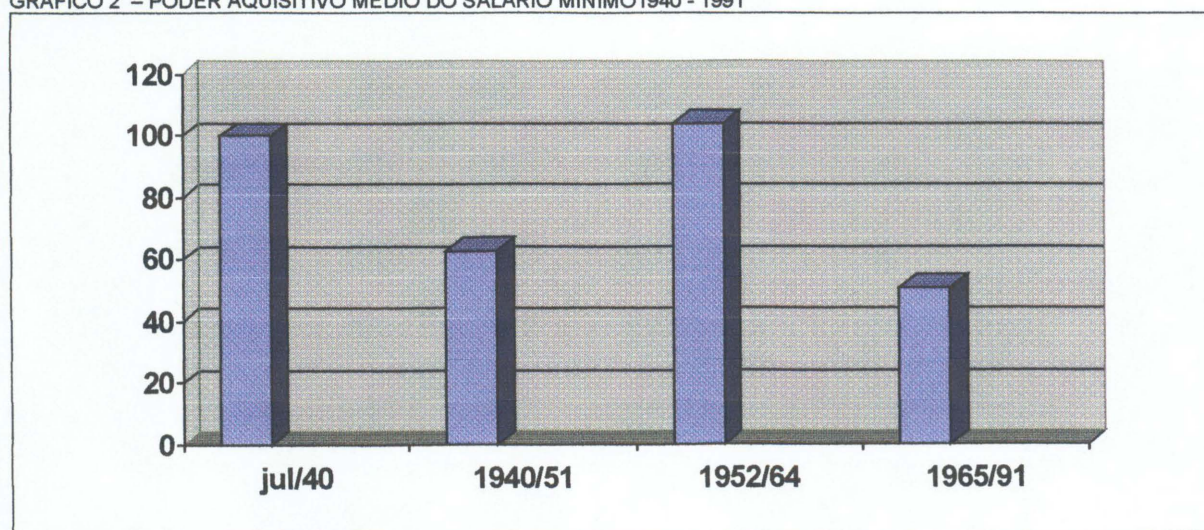
Em 1º de maio de 1940, através do Decreto Lei 2.162, é finalmente instituído o Salário Mínimo no Brasil e definidos quatorze valores de acordo com as diferenças verificadas entre as várias regiões brasileiras. Para cada uma dessas regiões, foi institucionalizado o valor mais freqüente das remunerações mais baixas pesquisadas. O Decreto Lei entrou em vigor sessenta dias após sua publicação em 04/05/1940.

Durante um longo período, cada Estado tinha um Salário Mínimo (cujo valor podia coincidir com o de outro) e Comissões de Salário Mínimo Estaduais e paritárias

eram responsáveis pelos cálculos que deveriam subsidiar os reajustes. Estas comissões podiam nomear subcomissões que, por sua vez, optavam por valores diferenciados dentro de um mesmo Estado. Com isso, chegou a haver 51 salários mínimos diferentes em todo o país. Após 1964, as comissões foram extintas. Pouco a pouco, o Salário Mínimo foi sendo unificado por regiões geográficas, até chegar a um só em 1984.

Na realidade, a implantação do Salário Mínimo, no que diz respeito a seus valores, teve como objetivo muito mais o favorecimento do processo de industrialização que se iniciava no Brasil, através da homogeneização do custo de reprodução da força de trabalho e da estabilização do custo do trabalho no cálculo capitalista, do que a elevação dos salários mais baixos.

GRÁFICO 2 – PODER AQUISITIVO MÉDIO DO SALÁRIO MÍNIMO 1940 - 1991



Defletor: 1940 a 1958 – Índice de Custo de vida da Prefeitura de São Paulo.

A evolução de mais de meio século do Salário Mínimo no Brasil se deu em três fases bem distintas. A primeira, de consolidação do Salário Mínimo, compreende o período que vai desde de 1940 até 1951. Durante esse tempo, o poder aquisitivo do SM representou, em média, 63% do de julho de 1940, conforme evidencia o gráfico 2.

A segunda fase, de recuperação do Salário Mínimo, vai de 1952 a 1964, e seu poder aquisitivo foi, em media, 4% superior ao de julho de 1940.

Finalmente, a terceira fase, de restrição do Salário Mínimo, que correspondeu, em média, a 51% do poder aquisitivo de 1940, refere-se ao período de 1965 a 1991.

2.2.1 - Primeira Fase: A Consolidação do Salário Mínimo – 1940 a 1951

A criação do Salário Mínimo em 1940 fez parte de uma série de intervenções do Estado brasileiro, no sentido de regular os conflitos entre o capital e o trabalho que se generalizavam com início da industrialização.

A legislação relativa ao trabalho – Consolidação das Leis do Trabalho – CLT – quando definida em 1943, abrangia praticamente só os trabalhadores urbanos, embora estes, durante a década de 1940, constituíssem a menor parte da força de trabalho, quase toda ela localizada no campo. Foram necessários ainda muitos anos de luta para que o trabalhador rural tivesse acesso, pelo menos por lei, a diversos direitos trabalhistas – como a estabilidade no emprego após dez anos de trabalho numa mesma empresa privada (legislação anterior à criação do FGTS em 1967), descanso semanal remunerado, aviso prévio, férias anuais remuneradas, sindicalização e outros – o que comprova que os objetivos do Estado estavam voltados para o processo de industrialização e para a regulamentação do conflito urbano entre o capital e o trabalho.

As diversas legislações do trabalho, embora trouxessem avanços sociais, tinham uma contrapartida não desejada, uma vez que retiravam dos sindicatos muito de seu poder político.

Por outro lado, do ponto de vista empresarial, a criação do Salário Mínimo permitiu a unificação de uma determinada taxa de salários e, assim estabilidade no cálculo do custo da mão-de-obra. Além disso, o Salário Mínimo representou uma garantia de demanda de bens de consumo e serviços de uso dos assalariados, produtos que na época eram carro-chefe do incipiente processo de industrialização nacional.

A fixação dos primeiros valores do SM fazia parte de uma ampla orientação governamental. Dentro desse mesmo espírito, foi criado pela Constituição de 1937 o Conselho de Economia Nacional, com representantes de empregados e empregadores

dos vários ramos da produção, com o objetivo de coordenar e aperfeiçoar a produção nacional. Em 1942, em plena Segunda Guerra Mundial, foi também definida a Coordenação de Mobilização Econômica, com a preocupação de orientar as atividades produtivas, os transportes e ainda fixar os preços máximos, mínimos e básicos dos produtos do consumo nacional.

No ano de 1943, o Salário Mínimo foi reajustado duas vezes para recompor o poder de compra corroído pela inflação. Depois disso, o valor do Mínimo permaneceu congelado até 1951, embora a lei previsse correções em períodos não superiores a três anos.

A partir de 1946, com a ascensão das idéias liberais do governo Dutra o valor do Salário Mínimo permaneceu inalterado, chegando a 1951, no município de São Paulo, com apenas 35% do poder aquisitivo de 1940.

Essa queda violenta do poder de compra do valor do Mínimo ocorreu simultaneamente ao desmonte de alguns controles diretos da economia, parte dos objetivos da política econômica liberal do Governo Dutra.

Fonte: DIEESE, FGV.

Elaboração : DIEESE.

O gráfico 2 mostra que a evolução do Salário Mínimo real no município de São Paulo e a renda per capita no Brasil, durante o período de 1940/51, apresentam comportamentos distintos. Cresce o PIB per capita enquanto o Salário mínimo, de 1940 a 1944, mantém uma média real anual equivalente a 86% do seu valor em 1940. Nos anos seguintes, o poder aquisitivo médio anual representa apenas 47% daquele vigente em 1940.

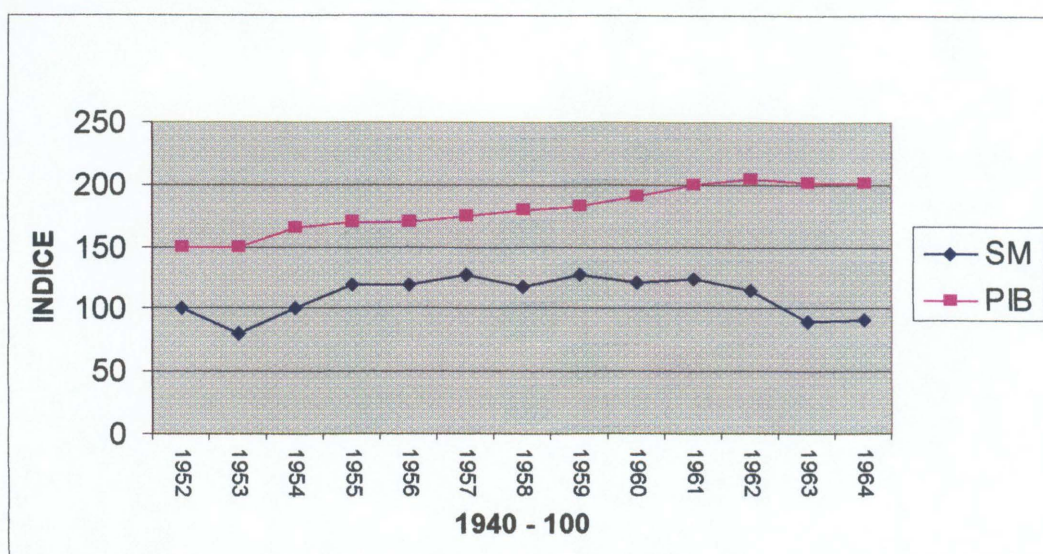
2.2.2 - Segunda Fase: A Recuperação do Salário Mínimo – 1952 a 1964

Esta fase corresponde ao período em que o Salário Mínimo teve o maior poder aquisitivo de sua história e, assim, acompanhou mais de perto o desenvolvimento da economia brasileira.

De 1952 a 1959, há um forte crescimento do poder aquisitivo do Salário Mínimo, chegando a 7% acima de seu valor em 1940, enquanto nos anos de 1960 a 1964 verifica-se apenas a manutenção de seu valor real.

Ao longo de todo esse tempo, o Salário Mínimo foi reajustado oito vezes, sendo que nos últimos quatro anos, os reajustes tornaram-se menos efetivos diante da aceleração das taxas de inflação.

GRÁFICO 4 - SALÁRIO MINIMO E PIB PER CAPITA BRASIL 1965 A 1991



Fontes: DIEESE, FGV.

Elaboração: DIEESE.

Cabe lembrar que a recuperação do valor do Mínimo não se deu isoladamente, mas correspondeu a uma orientação da política econômica voltada para a modernização do parque produtivo e de estímulo à industrialização nacional.

No início do segundo governo de Getúlio Vargas, em 1951, foi criado o Plano de Reaparelhamento Econômico, que visava o fortalecimento dos investimentos públicos em transportes, exploração de petróleo, energia, frigoríficos, modernização agrícola, indústria de base e habitações populares. Em 1952, o Congresso Nacional aprovou a instituição de um Fundo Nacional de Reaparelhamento da Economia, administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE – também criado em 1952 para financiar os gastos nos setores estratégicos.

Da mesma maneira, a implantação do Plano de Metas no Governo JK, de 1955 a 1960, impulsionou a transformação da economia brasileira, com enormes investimentos públicos em infra-estrutura, energia e transportes e nas indústrias automobilística, pesada e de material elétrico.

Fica claro, portanto, que o enfrentamento dos problemas básicos do capitalismo no Brasil, durante a década de 1950, contemplou a elevação do poder aquisitivo dos salários de base, especialmente o do Salário Mínimo, inserido numa política econômica de estímulo à industrialização e com grandes investimentos públicos em infra-estrutura.

A ampliação do poder de compra do Salário Mínimo se deu pelo compromisso do governo com uma distribuição melhor dos frutos do desenvolvimento nacional. Todavia, a manutenção da questão do Salário Mínimo na agenda nacional se deveu às lutas travadas pelo movimento sindical naqueles anos, que incluíram as reivindicações salariais, a conquista do 13º salário em 1962, o salário-família em 1963 e as campanhas nacionais pelas reformas de base até 1964.

2.2.3 - Terceira Fase: A Compreensão do Salário Mínimo: 1965 A 1991

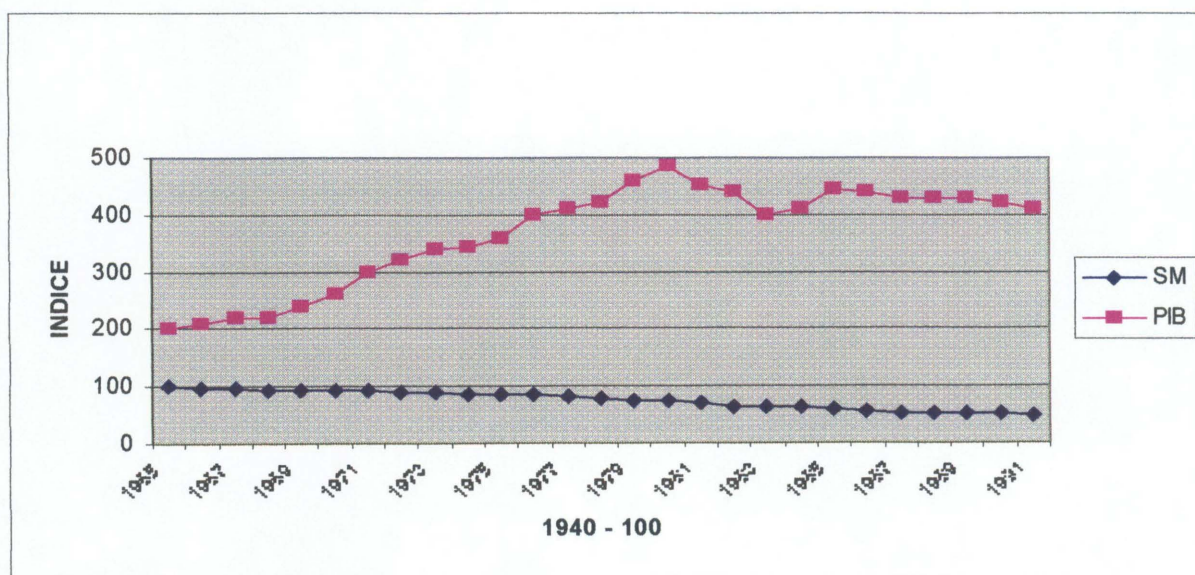
O cerceamento imposto ao movimento sindical e demais progressistas e democráticos pelo regime militar a partir de 1964, permitiu, num primeiro momento o avanço de idéias liberais-conservadoras, seguidas rapidamente por um programa regulatório conservador, que visava uma outra via de crescimento econômico. As diversas políticas implementadas, como a reforma tributária, a reformulação do sistema financeiro nacional e o rebaixamento do Salário Mínimo, apontavam nessa direção.

A repressão ao movimento sindical, a perseguição a seus líderes e a políticos combativos, a progressiva eliminação da estabilidade no emprego para os trabalhadores de empresas privadas, através da criação do FGTS e a política de arrocho salarial caminharam no sentido de uma efetiva concentração de renda. Assim, qualquer ajuste na economia passava pelos salários e/ou pelos empregos dos trabalhadores. O combate à inflação através do arrocho salarial representa um bom exemplo de como a política de salários estava subordinada a outras metas econômicas.

Nos primeiros anos do governo militar, a perda de poder aquisitivo do Salário Mínimo provocou a queda dos salários mais baixos, enquanto os salários mais altos e outras formas de rendimentos cresceram rapidamente. Essa abertura do leque salarial, que é a diferença entre o menor e o maior Salário pagos, possibilitou um consumo diversificado e centrado nos bens de consumo duráveis mais caros, como automóveis e eletrodomésticos, e imóveis de luxo para uma pequena parcela da população.

Esta forma de distribuição de renda impediu que a maior parte da população melhorasse seu padrão de vida, ficando restrita ao mínimo, ou mesmo abaixo dele, enquanto poucos expandiam o seu consumo.

GRÁFICO 5 - SALÁRIO MÍNIMO REAL E PIB PER CAPITA BRASIL - 1965 A 1991



Entre 1965 a 1974, em virtude dessa política, o Salário Mínimo mantinha, na média anual, apenas 69% do poder aquisitivo de 1940, conforme ilustra o gráfico 4. Nos anos seguintes, até 1982, o poder de compra do Mínimo permaneceu estabilizado em torno de 61%.

A mudança na política salarial em 1974, e principalmente a introdução dos reajustes semestrais em 1979, contribuíram, em parte, para a interrupção de queda do Salário Mínimo e ainda possibilitaram uma modesta recuperação de seu valor.

A maior responsabilidade nesse sentido, no entanto, deveu-se ao movimento da sociedade pelas liberdades democráticas. A reorganização do movimento sindical e o fortalecimento das negociações coletivas de trabalho foram fundamentais para estabelecer limites à política econômica de arrocho salarial.

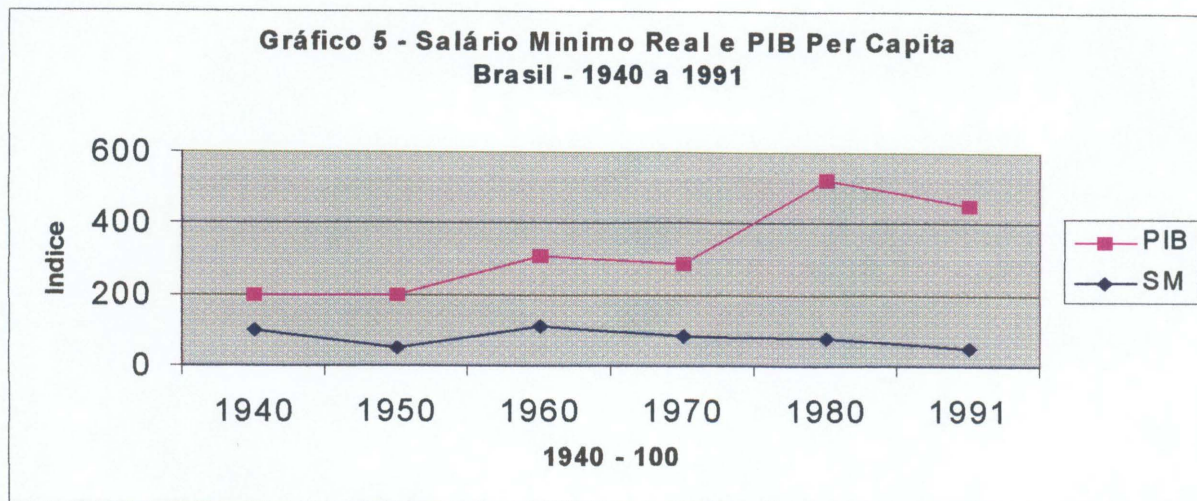
Ainda assim, entre 1983 e 1991, o poder aquisitivo do Salário Mínimo caiu acentuadamente, passando a valer, em média, apenas 43% em relação a 1940, conforme evidencia o gráfico 4.

Diversos fatores contribuíram para rebaixar os salários em geral, e o mínimo, em particular. Entre eles, destaca-se a incapacidade do governo estabelecer diretrizes capazes de coordenar os diversos interesses sociais no momento de aprofundamento da crise do capitalismo no Brasil.

A aceleração da inflação, a partir de 1979, agrava-se com a adoção do programa do Fundo Monetário Internacional em 1983 e contribui fortemente para a queda dos salários reais. A esse quadro, segue-se o fracasso dos diferentes planos de estabilização – Plano Cruzado em 1986 – Plano Bresser em 1987 – Plano Verão em 1989, Plano Collor I em 1990 e Plano Collor II em 1991.

As campanhas sindicais contra o arrocho salarial encontraram um cenário bastante adverso, diante da opção governamental por políticas de curto prazo e centradas na recessão. A relativa estagnação da economia, a ameaça da hiperinflação, a desorganização produtiva em curso e o fortalecimento das idéias neoliberais contribuíram para restringir o Salário Mínimo durante a década de 80 (Gráfico 5).

GRÁFICO 5 - SALÁRIO MÍNIMO REAL E PIB PER CAPITA BRASIL - 1940 A 1991



O gráfico 5 mostra que o Salário Mínimo não acompanhou a elevação do custo de vida, perdendo poder aquisitivo de forma violenta e tomando direção oposta à da evolução da produção de riquezas no país entre 1965 e 1991.

3 – O SALÁRIO MÍNIMO REGIONAL

Desde a sua decretação até hoje, o Salário Mínimo sofreu vários reajustes com diferentes critérios. Em 1940 o valor nominal do Salário Mínimo era diferenciado conforme cada região, e a variação salarial era distinta regionalmente, ou seja, os reajustes eram diferentes para cada região. Esse fato foi motivo de grandes discussões, por exemplo, em 1954 os empresários mineiros se revoltaram com o alto reajuste concedido aos trabalhadores daquela região, enquanto que em outras regiões o reajuste foi bem menor, o que levou o presidente João Figueiredo a decretar sua unificação em 1984,

Por iniciativa do governo Federal, o Congresso Nacional aprovou a Lei Complementar 103, de 14 de Julho de 2000, que autorizou os Estados e o Distrito Federal a instituírem o piso salarial a que se refere o inciso V do Artigo 7 da Constituição Federal. Esta lei permitiu a existência de pisos nos Estados aos empregados do setor privado e doméstico, desde que não tenham piso em suas

categorias profissionais, definido em lei ou por negociação coletiva, cabendo ao poder Executivo a iniciativa para fixar o piso com a aprovação da Assembléia Estadual. Desta forma os estados ficaram livres para implantarem o seu próprio Salário Mínimo, não dependendo do governo Federal, e nem este ficou subordinado a pressões de governadores.

O piso salarial no Rio de Janeiro, de acordo com a Lei 4.686/2005, reajustado em Janeiro de 2006, variava de R\$ 351,32 (trezentos e cinqüenta e um reais e trinta e dois centavos) a R\$ 422,72 (quatrocentos e vinte e dois reais e setenta e dois centavos) e no Rio Grande do Sul, através da Lei 12.2509/2006, reajustado em maio de 2006, variava de R\$ 405,95 (quatrocentos e cinco reais e noventa e cinco centavos) a R\$ 441,86 (quatrocentos e quarenta e um reais e oitenta e seis centavos).

O governo do Paraná, nos termos da Lei Complementar Federal 103, fixou no, através da Lei nº 15.118 de 12/05/2006, o piso salarial regional em valores que variavam entre R\$ 427,00 (quatrocentos e vinte e sete reais) e R\$ 437,80 (quatrocentos e trinta e sete reais e oitenta centavos), em conformidade com as diversas categorias profissionais, o que pode proporcionar um aumento real de até 46% em relação ao Salário nacional vigente até abril de 2006.

Segundo o governo do Paraná, a proposição desse Salário Mínimo regional decorre de estudos conjuntos realizados por órgãos do Estado e entidades sindicais, cujas conclusões levaram em conta a fixação do Salário Mínimo nacional em R\$ 350,00 (trezentos e cinqüenta reais). Argumenta o governo que o SMR garantirá aos trabalhadores não organizados sindicalmente, os preceitos constitucionais mínimos, estimulando o sistema produtivo e possibilitando uma melhor distribuição de renda.

O Salário Mínimo regional apresenta-se como novidade apenas quanto à regulamentação dos trabalhadores do setor privado, já que quanto aos servidores públicos federais, estaduais e municipais (civis ou militares, ativos ou inativos) e beneficiários da previdência social continuarão a receber o Salário Mínimo fixado pelo governo Federal.

As divergências sobre a implantação do Salário Mínimo regional mobilizaram as entidades organizadas, tanto dos trabalhadores quanto dos empregadores. De um lado,

os trabalhadores justificando a importância do SMR; do outro, a classe empresarial alertando para o perigo da sua aprovação. A classe política ficou dividida entre os vários interesses em jogo.

Os industriais pediram a rejeição do projeto¹. Eles revelavam a preocupação do setor produtivo com a aprovação da medida, alertando que podia trazer graves *consequências sociais para o Estado, como o aumento do desemprego e da informalidade*. A federação entende que a melhor forma de estabelecer a remuneração para o trabalhador do setor industrial é a livre negociação entre empregadores e empregados, através dos sindicatos de cada categoria. A entidade alertou que, em maio, dezenas de setores industriais têm data base e o estabelecimento do Salário Mínimo regional vai criar embaraço para as negociações e dificultar os acordos coletivos.

O presidente da Associação Comercial do Paraná, Cláudio Slavieiro, declarou² que os setores do comércio e serviços não estão preparados para este aumento. Nos setores de serviço e de comércio, que empregam mais de 4 milhões de trabalhadores, o reajuste salarial tem um peso muito forte, especialmente nas microempresas, muito sensíveis a alterações na folha de pagamentos acima dos ganhos de produtividade.

Já o Delegado Regional do Trabalho, Geraldo Serathiuk³, afirmou que a atitude do Governador Roberto Requião em criar e fixar o Salário Mínimo regional em R\$ 437 abre uma oportunidade histórica para a sociedade paranaense discutir as políticas fiscais e de crédito tendo como paradigma a renda dos trabalhadores paranaenses. Em breve iremos tratar da discussão do impacto que isso trará em cada atividade econômica, em especial nas que não têm organização sindical e, indiretamente, nas que tem níveis salariais baixos e terão que enfrentar negociações coletivas com um Salário Mínimo de referência para os trabalhadores.

Segundo o Delegado, a justificativa de que a criação do teto estadual proposto pelo governo vai causar desemprego e aumento da informalidade é alarmismo. Deve-se

¹ SITE DA FIEP, em 13 de Abril de 2006.

² Gazeta do Povo, 02/05/2006.

pensar na macroeconomia do estado, como um todo, e não apenas sob a ótica de uma única empresa. O crescimento e a popularização do crédito, tanto para empresários como trabalhadores, injetaram mais de R\$ 12 bilhões na economia do Paraná. O crescimento foi ampliado em mais de 50% nos últimos três anos e vai continuar aumentando em razão da mudança da política de crédito de bancos estatais e privados. O impacto do aumento do Mínimo na folha de pagamento das empresas não chega a 2,5%. Políticas de diminuição da carga tributária, implementadas pelo governo estadual e federal, inovação tecnológica e de incentivo à ampliação produtiva, estão trazendo diminuição de custos para o setor produtivo. Sem contar que os reajustes no Salário Mínimo nacional, seguro-desemprego, benefícios previdenciários, assistência continuada, bolsas de transferência de renda e o reajuste dado ao funcionalismo estadual garantiram a expansão da renda dos trabalhadores paranaenses, colocando mais de R\$ 1,5 bilhão na economia.

O secretário da CFT-PR (Coordenação Federativa de Trabalhadores) e também vice-presidente nacional da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), Gladir Antonio Basso afirmou³ que “Se não há massa salarial não tem consumo e a economia não gira”. Ele citou o exemplo do Rio Grande do Sul, que adotou o Salário Mínimo regional há alguns anos. “Lá aumentou o volume de empregos”, defendeu.

O economista Cid Cordeiro, coordenador do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) afirmou (Paraná Online, 26/05/06/) que o piso regional é válido para todas as categorias que não têm a cobertura de convenções e acordos trabalhistas. “Mas o grande impacto direto da lei será a incorporação gradativa do Salário Mínimo nas negociações coletivas que começam a ser firmadas a partir de agora”. A maioria das categorias de trabalhadores já têm o Salário Mínimo fixado em acordos e convenções coletivas. “Ocorre que a partir de agora as negociações, que antes adotavam o Salário Mínimo nacional como referência, passarão a adotar o piso regional aprovado no Estado”, explicou. Segundo Cordeiro, a implantação imediata do Salário Mínimo regional vai beneficiar principalmente os trabalhadores do interior do Paraná, que vivem em municípios não atingidos por muitas

³ Gazeta do Povo, 02/05/2006.

⁴ (Folha de Londrina 26/04/06)

convenções coletivas. Nesses casos, onde não há a vigência de acordos coletivos, vale o piso mínimo regional, explicou o economista.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Paraná (Fetaep)⁵ estima que metade dos 420 mil trabalhadores do setor existentes no Paraná será beneficiada imediatamente pelo novo salário. Outra metade não será alcançada por causa do veto a artigo da lei, que condiciona sua aplicação apenas às categorias não atendidas por convenções e acordos coletivos. “Mas certamente vamos usar o Salário Mínimo regional como instrumento de pressão nos acordos e convenções que serão firmados daqui para frente”, disse o presidente da Fetaep, Ademir Muller. Segundo ele, o piso regional será um instrumento poderoso que será utilizado na mesa de negociação com os patrões. De acordo com levantamento da Fetaep, apenas 35% dos trabalhadores na agricultura são formalizados. Apesar disso, o Salário Mínimo deve ser estendido também aos informais, explicou. Muller disse que a federação vai utilizar todos os métodos possíveis para divulgar a implementação do piso regional no Paraná para que o trabalhador, mesmo informal, faça valer o seu direito.

E, por último, a Central Única dos Trabalhadores - CUT⁶ afirmou (Jornal do Estado 08/05/06) que o Paraná tem o pior índice de distribuição de renda entre os estados da região Sul e o Salário regional vai ajudar a diminuir as diferenças sociais.

4 - DISTRIBUIÇÃO E DETERMINAÇÃO DO NÍVEL DE RENDA EM KALECKI

Esse debate acerca da implantação do Salário Mínimo regional demonstrou a polêmica e a profundidade do tema em estudo e levantou várias questões importantes, as quais merecem indistintamente um estudo mais aprofundado.

O foco escolhido para esse trabalho é verificar se o Salário Mínimo Regional seria uma política pública efetiva na redução da pobreza e na melhoria da distribuição de renda da população do Paraná

⁵ Em entrevista concedida à Jornalista Elizabete Costas, O Estado do Paraná, 20/04/2006.

⁶ Jornal do Estado 08/05/06

O processo de distribuição de renda, para Kalecki, é um fenômeno de ordem macroeconômica. Ainda assim, constitui-se num importante parâmetro para a determinação do nível de produto. Para o autor, esse segundo processo tem como elemento essencial o princípio da demanda efetiva, segundo o qual são os gastos que determinam a renda. Conforme aponta Kriesler (1996), Kalecki procurava formular seu modelo de sorte que a distribuição de renda fosse independente do nível de produto e que a determinação dos lucros totais fossem independentes dos preços e da distribuição. Com base nisso, Kalecki (1977) rejeita a suposição ortodoxa de produto dado, visto que esta se baseia nas premissas de determinação do produto por uma função de produção baseada em capital e trabalho e de pleno emprego dos fatores de produção que, em conjunto, implicam na determinação de um produto de pleno emprego. Em outras palavras, através do princípio da demanda efetiva, Kalecki rejeita a lei de Say, um corolário das premissas assumidas pela teoria ortodoxa. Assim, a teoria de Kalecki rejeita as hipóteses básicas da abordagem ortodoxa.⁷

Uma vez estabelecido o princípio da demanda efetiva, faz-se necessário explorá-lo de modo a estabelecer uma alternativa à teoria mainstream. Kalecki (1977) propõe então um modelo departamental baseado nas equações marxistas de reprodução para demonstrar que um aumento global de salários não implica em uma redução dos lucros totais, como fazem crer o senso comum e a teoria ortodoxa. Para tanto, Kalecki (1977, p.92) adota um modelo de três setores verticalmente integrados, que produzem respectivamente bens de investimentos, DI, bens de consumo para os capitalistas, DII, e bens de consumo para os trabalhadores, DIII. Embora não sejam cruciais ao argumento, adotam-se ainda as hipóteses simplificadoras de abstração da poupança dos trabalhadores, e da ausência de governo e comércio externo. Consequentemente, a produção de cada setor, bem como a soma dos lucros e salários setoriais representam o produto e a renda gerados no país. Definindo P_1 , P_2 e P_3 como os lucros brutos de cada departamento e W_1 , W_2 e W_3 como sendo os respectivos salários, temos que P e W são os respectivos lucros totais. O consumo dos capitalistas é representado

⁷ Vale notar que com base nessa rejeição às premissas ortodoxas, não é apenas a teoria da distribuição de renda de Kalecki que se opõe à sua similar neoclássica, mas sim todo a sua teoria opõem-se ao paradigma neoclássico.

por C_k , o consumo dos trabalhadores por C_w , o investimento bruto por I e a renda nacional bruta por Y :

QUADRO 1 – MATRIZ DEPARTAMENTAL

DI	DII	DIII	Total
P_1 W_1	P_2 W_2	P_3 W_3	P W
I	C_k	C_w	Y

Segundo Kalecki (1977, pp 2-3), é fácil ver que os lucros do departamento produtor de bens de consumo para os trabalhadores são iguais aos que os trabalhadores dos demais setores recebem de salários, dada a hipótese de que os trabalhadores consomem tudo o que ganham: $P_3 = W_1 + W_2$. Somando P_1 e P_2 em ambos os lados, tem-se que:

$$P_1 + P_2 + P_3 = P_1 + W_1 + P_2 + W_2$$

o que significa que $P = I + C_k$. Ademais, dada a distribuição da renda nos três setores, representados respectivamente por:

$$W_1 = \frac{W_1}{I}; \quad w_2 = \frac{W_2}{C_k}; \quad w_3 = \frac{W_3}{C_w}$$

o consumo dos trabalhadores pode ser representado por :

$$C_w = \frac{w_1 I + w_2 C_k}{1 - w_3}$$

Daí, depreende-se que

$$Y = I + C_k + C_w = I + C_k + \frac{w_1 I + w_2 C_k}{1 - w_3}$$

Pode-se dizer, portanto que:

O que foi dito acima esclarece o papel dos 'fatores de distribuição', isto é os fatores que determinam a distribuição de renda (...) na teoria dos lucros (...) Dessa forma, o

consumo e o investimento dos capitalistas, em conjunto com os 'fatores de distribuição', determinam o consumo dos trabalhadores e, conseqüentemente, a produção e o emprego em escala nacional (Kalecki, 1954, p.37).

Com base no que foi apresentado, é possível demonstrar que um aumento real generalizado de salários não implica em uma redução nos lucros globais. Para tal, vale realizar um pequeno exercício que comprova a proposição acima: seja um aumento real de salários generalizado ΔW^g . Supondo que não decorra tempo suficiente para que os capitalistas mudem seus investimentos e consumo, como faz Kalecki (1977), haverá uma perda de lucros no departamento I e II equivalente ao aumento dos salários ($\Delta W_1 = \Delta P_1$; $\Delta W_2 = -\Delta P_2$). No entanto, visto que os salários são totalmente gastos em bens de consumo para trabalhadores, os lucros no departamento III vão aumentar na exata magnitude em que os lucros nos demais setores irão cair ($\Delta P_3 = \Delta W_1 + \Delta W_2$). Ou seja, um aumento real de salários não implica numa redução de lucros totais e, por conseguinte, gera um acréscimo nas despesas com bens de consumo para trabalhadores, o que leva a um aumento na renda nacional bruta. Em suma, conforme Kalecki (1942, p.260):

"However great the margin of profit on a unit of output, the capitalist cannot make more in total profits than they can consume and invest".

Este aparente paradoxo apresentado remete à abordagem de Keynes (1936) sobre a relação entre poupança e investimento: maiores esforços por parte dos indivíduos para poupar não aumentam a poupança agregada. Ao contrário, dado o investimento, essa maior vontade de poupança apenas reduz o nível de consumo, levando à queda do produto. Na verdade, o fato de as análises de Keynes e Kalecki serem próximas não deve ser uma surpresa. Afinal, ambas constituem apenas ângulos diferentes que partem de uma mesma premissa: o princípio da demanda efetiva.

Voltando-se à relação entre distribuição de renda e nível do produto, é imprescindível que se faça uma análise dinâmica a fim de determinar os efeitos daquela sobre o crescimento econômico. Pode-se argumentar, por exemplo, que ao se assumir uma função do tipo acelerador para o investimento, haverá um efeito positivo sobre o

investimento, uma vez que as produções em DI e DII mantiveram-se inalteradas e a produção e DIII cresceu. Daí, pelo princípio da demanda efetiva, decorrido o prazo suficiente, a variação sobre o lucro será positiva, estimulando ainda o consumo dos capitalistas, levando a economia a um período de crescimento.

De acordo com o modelo de Kalecki, portanto, uma melhor distribuição de renda acarretaria em um deslocamento da tendência para um patamar mais alto, o que significa um nível maior de produto. Este mecanismo, contudo, só funciona se houver capacidade ociosa. Caso a economia já esteja em pleno emprego, ocorrerá aumento de preços, ao invés de expansão da produção. Nesse caso, a redistribuição perderia seu efeito, visto que a inflação reduziria o salário real dos trabalhadores.

Caso o modelo permitisse alterações endógenas na distribuição da renda, o componente de tendência do modelo de Kalecki (1954) sofreria alterações de patamar endógenas. Assim, uma contínua melhoria da distribuição da renda em prol dos trabalhadores levaria a um período de crescimento até que se chegasse ao teto do pleno emprego.

Do modelo de Kalecki, pode-se concluir que uma melhoria na distribuição da renda pode gerar um aumento na renda nacional. Mesmo que os trabalhadores não gastem toda a sua renda, o modelo ainda se aplica, porém com efeito multiplicador menor.

5 - CONCLUSÃO

Ao acompanharmos a história do salário mínimo, desde sua criação em 1940 até os dias de hoje, vimos que seu poder aquisitivo variou de forma considerável, de acordo com as diferentes orientações políticas presentes por trás das opções de desenvolvimento econômico feitas nesse período.

Vale destacar que uma política para o salário mínimo não deve ser pensada de forma isolada, uma vez que um projeto de desenvolvimento requer um conjunto de ações que se concretizem em políticas industriais, agrícolas, sociais, financeiras e salariais, entre outras.

Cabe lembrar, que o crescimento econômico é importante para a elevação real do mínimo, mas não é condição suficiente. A realidade brasileira serve perfeitamente como exemplo, uma vez que no período de 1940 a 1991, o produto interno bruto cresceu cinco vezes em termos reais por habitante, enquanto o salário mínimo acumulou, no mesmo espaço de tempo, uma redução real equivalente a dois terços do poder aquisitivo de 1940.

As condições do mercado de trabalho no Brasil não favorecem o crescimento dos salários mais baixos a partir das negociações coletivas ou do desenvolvimento econômico, tendo em vista que uma parte dos trabalhadores não possui vínculos empregatícios formais, que a linha divisória entre ocupação e desemprego não é muito nítida e que muitos dos que trabalham vivem em situação de pobreza absoluta.

É importante destacar, além disso, que um projeto para um crescimento real, gradual e progressivo permitiria que a capacidade produtiva da economia se adaptasse ao aumento dos gastos dos assalariados de baixa renda e que, em função disso, houvesse uma mudança na estrutura dos investimentos do país.

Esse debate acerca da implantação do salário mínimo regional demonstrou a polêmica e a profundidade do tema em estudo e levantou várias questões importantes, as quais merecem indistintamente um estudo mais aprofundado.

Conforme dados do IPARDES (2003), em 1995, 17,51% da população ocupada no Paraná recebia até um salário mínimo; em 2001, essa participação atingiu, aproximadamente, 19% do conjunto, indicando que a pobreza é uma condição que atravessa o próprio mercado de trabalho. Isso mostra uma tendência de empobrecimento entre os ocupados que se revela em sua concentração na faixa de rendimento de até dois salários mínimos mensais, atingindo aproximadamente 47% dos trabalhadores em 2001.

As divergências sobre a implantação do SMR mobilizaram as entidades organizadas, tanto de trabalhadores quanto de empregadores. De um lado, os trabalhadores justificando a importância do SMR, como instrumento de distribuição de renda e melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores, do outro, a classe empresarial alertando para o perigo do aumento da informalidade e do desemprego,

além do argumento que o estado perderá competitividade para os demais estados e para o resto do mundo.

Considerando que o SMR implantado pelo Governo do Paraná, vai proporcionar um aumento de até 46% do custo do trabalho em relação ao salário nacional vigente até abril de 2006, e que segundo dados do IPARDES (2003) 47% dos trabalhadores se concentram na faixa de rendimento de até dois salários mínimos, a questão que fica é se de fato o SMR seria uma política capaz de acelerar o crescimento da demanda efetiva e portanto, da produção e do emprego, proporcionando uma melhor distribuição de renda e diminuição de pobreza no Paraná.

Este trabalho deixa algumas pistas para futuros estudo que poderão aprofundar o debate entre os quais destacamos:

- a) Uma revisão bibliográfica que aprofunde o arcabouço teórico, que neste trabalho ficou limitado à teoria de Kalecki;
- b) Um levantamento empírico, das principais categorias que serão beneficiadas pelo novo SMR;
- c) Um levantamento da situação da distribuição de renda da população paranaense baseado em dados oficiais da PNAD/IPARDES;
- d) Um levantamento empírico da movimentação dos primeiros meses do mercado de trabalho das categorias beneficiadas pelo SMR, baseados nos dados da RAIS/CAGED;
- e) Estimar a taxa de desemprego para o Paraná, utilizando o método de análise de regressão, tendo o salário mínimo como variável principal relacionada a outras variáveis, tais como o nível de renda per capita e a produtividade das empresas.

A título de balizar um debate mais consistente, ressaltamos que a continuidade deste estudo é fundamental para academia, para o Governo e principalmente para o conjunto dos trabalhadores, que esperam nas políticas públicas um instrumento de superação das desigualdades sociais.

6 – REFERENCIA BIBLIOGRÁFICA

1. CACCIAMALI, Maria Cristina. **A política de salário mínimo e a sua influência na distribuição de renda**. In: Seminário: Salário Mínimo e Desenvolvimento, Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 2005.
2. CRUZ, Elisangela Garcia da, & CUNHA, Marina Silva da. **A distribuição de renda no Paraná na década de 90**. UEM – Maringá. 2000
3. DIESSE. **O Salário Mínimo**. (Edição Especial nº 04). Abril – 1993.
4. IPARDES. **Famílias pobres no Estado do Paraná**. – Curitiba, 2003.
5. **KALECKI**, Michal. **Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas**. São Paulo: Hucitec, 1977.
6. KRIESLER, Peter. “Microfoundations: a Kaleckian Perspective” in King, J. (Ed) **An Alternative Macroeconomic Theory: the kaleckian model and Post-Keynesian Economics**. Boston: Kluwer pp. 55-72, 1996.
7. POSSAS, Mário L. **A dinâmica da Economia Capitalista: Uma abordagem teórica**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
8. SABOIA, João. **Salário Mínimo a experiência brasileira**. Porto Alegre: Coleção Universidade Livre. L & PM Editores Ltda., 1985.